INDICAÇÃO Nº. 352/2022

Andradas, 04 de agosto de 2022

À Sua Excelência, o senhor

Luiz Gustavo Gonçalves Xavier

Presidente da Câmara Municipal de Andradas

O Vereador que se subscreve solicita de Vossa Excelência que se oficie à Senhora Chefe do Executivo Municipal, indicando a mesma que sejam adotadas providências no sentido de que na modelagem do Edital para concessão de serviços de água e esgoto, sejam cobradas tarifas progressivas dos usuários conforme a prestação dos serviços públicos forem sendo realizados, por exemplo, se a empresa prestar 20% de serviços, que sejam cobrados também 20% da tarifa total, aumentando a porcentagem até que a empresa esteja prestando 100% da prestação de serviços contratada.

Esta indicação se justifica pela ocorrência de fato análogo em municípios vizinhos conforme relatório de comissão de vereadores da cidade de Pouso Alegre - MG conforme notícia em anexo.

.

.

Luiz Benedito Raimundo

Vereador



Comissão de vereadores conclui que taxa de esgoto cobrada em Pouso Alegre é ilegal

Segundo relatório, cobrança feita pela Copasa não estaria dentro da legalidade.

Por Jornal da EPTV 1ª Edição

11/10/2017 15h42 · Atualizado há 4 anos

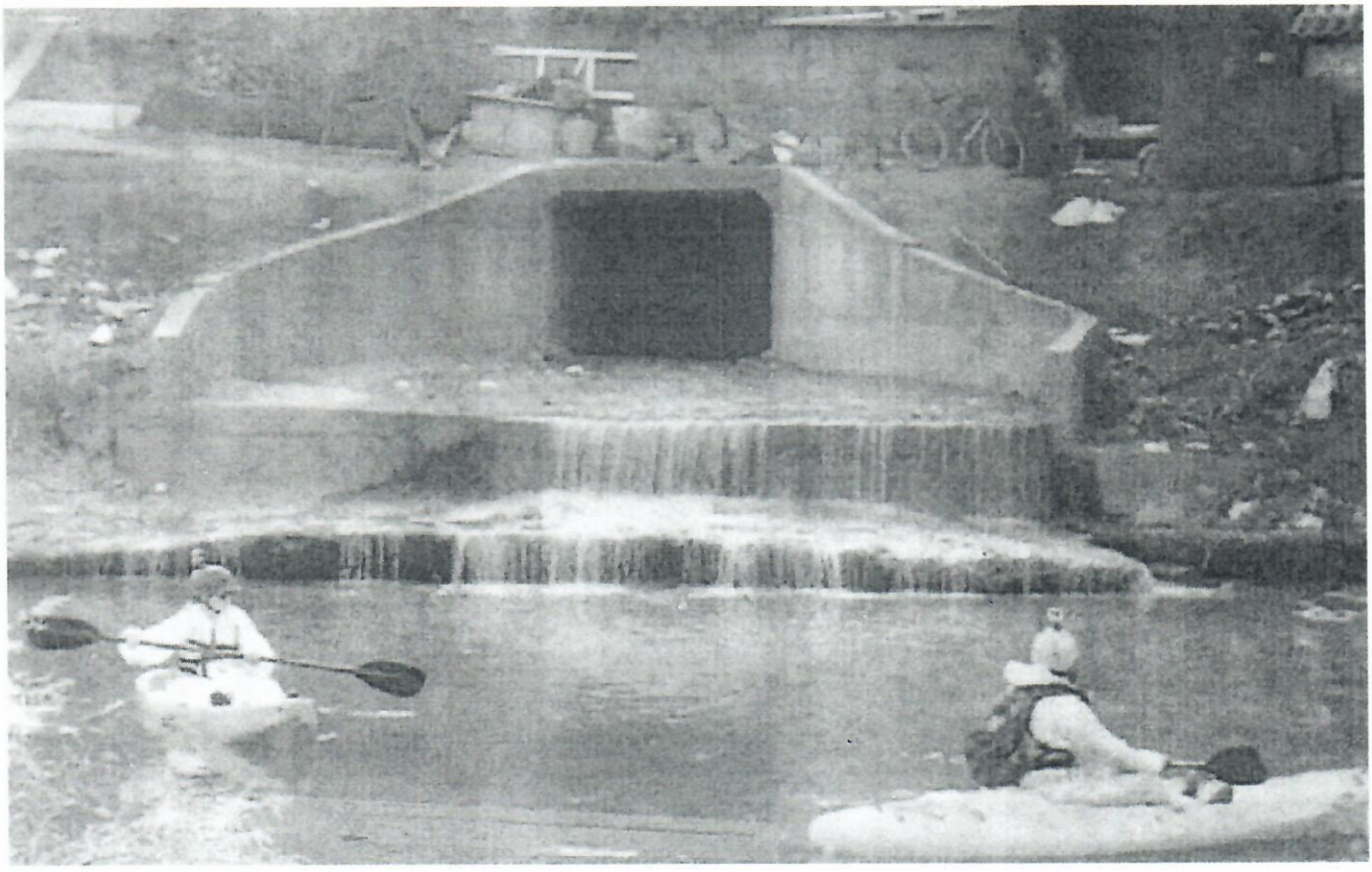
Comissão de vereadores conclui que taxa de esgoto cobrada em Pouso Alegre é ilegal

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Uma comissão formada na Câmara de Vereadores de Pouso Alegre (MG) concluiu que a taxa de esgoto cobrada na cidade pela Companhia de Abastecimento de Minas Gerais (Copasa) seria ilegal. Segundo o relatório apresentado na noite desta terça-feira (10), por meio de documentos, ficou comprovado que a empresa não tem atuado de forma legal com suas competências no município.

A conclusão da comissão diz que a empresa não tem cumprido com o serviço como deveria, levando em consideração a cobrança do valor da taxa de esgoto, que é de 90% acima da conta de água. O estudo surgiu após muitas reclamações feitas pelos moradores da cidade do esgoto a céu aberto e contou com o anexo de vídeos e fotos que comprovam a situação.

Para fazer a avaliação das reclamações, a comissão contratou equipes especializadas que verificaram a existência de pelo menos 50 pontos de esgoto sendo despejados de forma incorreta nos rios Mandu e Sapucaí. O relatório conta que a taxa de tratamento de esgoto está bem abaixo dos 90% prometidos pela companhia.



Segundo relatório, cobrança feita pela Copasa não estaria dentro da legalidade. — Foto: Instituto Fernando Bonillo

O estudo foi feito por 180 dias pelos vereadores com apoio de técnicos especializados, que fizeram pesquisas de campo e visitaram vários pontos de Pouso Alegre. A comissão ainda pediu providências aos órgãos responsáveis

sobre o assunto. O documento, que tem cerca de 50 páginas, será encaminhado para o Ministério Público, para a prefeitura e para a próxima empresa já na próxima semana.

A Copasa informou que ainda não recebeu o relatório da Câmara de Vereadores de Pouso Alegre e que, quando tiver ciência desses dados, vai se pronunciar.

Alteração do transporte público

Na sessão de terça-feira, também foi aprovada uma alteração na Lei Orgânica do município a respeito do transporte público. Com 11 votos, foi aprovada a alteração na lei que permite que uma ou mais empresas façam o transporte coletivo na cidade.

A mudança é referente ao parágrafo 2 do artigo 216-A da Lei Orgânica do Município, que passa agora a dizer que "a concessão ou permissão de exploração do serviço de transporte coletivo urbano e rural poderá ser outorgada a mais de uma empresa".

Leia outras notícias da região no G1 Sul de Minas

POUSO ALEGRE

Veja também

G1 MG

Menina foi vista pela última vez por uma atendente da padaria

Dois homens foram vistos correndo na mesma direção que ela